

ingresso no cargo de professor de ensino religioso estariam em desacordo com a legislação nacional vigente

2.3.3. Processo n.º 000049-151/2019 - retirado de pauta do 2º Plenário Virtual, pelo Conselheiro Nelson Medrado

Requerente(s): Núcleo de Combate à Improbidade e Corrupção do MPE (NCIC) Requerido(s): Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM)

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém Assunto: Apurar prática de improbidade administrativa na denominação do prédio sede do TCM de "Palácio Jäder Barbalho", nome de Pessoa Viva, em violação ao Princípio da Impessoalidade da Administração Pública

2.3.4. Processo n.º 000130-113/2013 - retirado de pauta do 2º Plenário Virtual, pelo Conselheiro Waldir Macieira

Requerente(s): ASSOCIAÇÃO PRÓ-TURISMO

Requerido(s): Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros de Belém e Polícia Rodoviária Estadual

Origem: 1º PJ de Mosqueiro

Assunto: Apurar eventuais desgastes na Ponte Sebastião R. de Oliveira que liga a Ilha de Mosqueiro ao continente, decorrentes, supostamente, da ausência de fiscalização de veículos com carga superior a 24 toneladas na referida ponte

2.4. Processos de Relatoria da Conselheira ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO:

2.4.1. Processo n.º 000319-151/2018 - SIGILOSO

Requerente(s): Denúncia Anônima

Requerido(s): Deputado Wladimir Costa

Origem: 6ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa Assunto: Apurar possíveis irregularidades cometidas pelo Sr. Wladimir Costa em relação à entrega de títulos fundiários no Estado do Pará, por meio do Programa Terra Legal

2.5. Processos de Relatoria do Conselheiro FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA:

2.5.1. Processo n.º 000829-151/2021 - retirado de pauta do 2º Plenário Virtual, pelo Conselheiro Nelson Medrado

Requerente(s): Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (IGEPREV) Requerido(s): Renata Alves Faciola de Souza, Ana Rosa Silva de Magalhães do Espírito Santo e Allan Gomes Moreira

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém Assunto: Apurar supostas fraudes em benefícios previdenciários denunciadas pelo IGEPREV

2.5.2. Processo n.º 000822-125/2020 - retirado de pauta do 2º Plenário Virtual, pelo Conselheiro Nelson Medrado

Requerente(s): Lilian de Farias Cardoso

Requerido(s): Em Apuração

Origem: 1º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Belém

Assunto: Apurar suposto crime ambiental consistente em poluição sonora no período noturno

2.6. Processos de Relatoria do Conselheiro NELSON PEREIRA MEDRADO:

2.6.1. Processo n.º 002444-048/2019 - SIGILOSO

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): SIGILOSO

Origem: 1ª PJ de Canaã dos Carajás

Assunto: SIGILOSO

3. Comunicação de Vagas.

4. O que ocorrer.

Belém-PA, 09 de fevereiro de 2022.

FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior

Protocolo: 759093

Extrato da PORTARIA nº 004/2022-MP/PJTS

O Promotor de Justiça Titular de Terra Santa, com fundamento no art. 129, inciso III, da Constituição da República, art. 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, art. 52, inciso VI, da Lei Complementar Estadual 57/06, art. 9º da Resolução nº 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, e nos termos do no art. 127, da Constituição Federal, no artigo 1º, da Lei 8.625/1993, no artigo 1º, IV e VIII, da Lei 7.347/1985, e nos artigos 1º, 9º, 10, 11 e 17, da Lei 8.429/1992, e de acordo com o disposto no o art. 32, c/c art. 24, §2º, inc. I, ambos da Resolução nº 007/2019-CPJ, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo SIMP Nº 000698-043/2021, que se encontra a disposição na Promotoria de Justiça de Terra Santa, situada na TV. Santa Terezinha – Centro – CEP: 68.285-000 Terra Santa – Fone/ Fax: (93)3538-1554.

PORTARIA nº 004/2022-MP/PJTS

Investigado: RAIMUNDO OLIVEIRA DA CONCEIÇÃO

Assunto: Apurar as condições da realização de uma construção que teria invadido Área de Preservação Permanente (APP) no município de Terra Santa/PA. Guilherme Lima Carvalho - Promotor de Justiça

Protocolo: 759094

PORTARIA Nº 0369/2022-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais; CONSIDERANDO o disposto no art. 56, IX, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará); CONSIDERANDO a Notícia de Fato n.º 005418-040/2021,

R E S O L V E:

DELEGAR poderes de Órgão de Execução ao Promotor de Justiça REGINALDO CÉSAR LIMA ÁLVARES, titular da 2.ª PJ Criminal de Castanhal, para atuar na Notícia de Fato supramencionada e praticar todas as medidas necessárias e cabíveis a sua instrução, podendo investigar, requisitar diligências, informações, exames, perícias, documentos, expedir notificações e intimações, realizar audiências, oitivas para colheitas de informações e esclarecimentos, requerer e acompanhar buscas e apreensões desde que deferidas pelas autoridades judiciárias, oferecer denúncia, judicializar, se for o caso, com a propositura de ação pertinente, interpor e contrarrazoar recursos em todos os graus e instâncias jurídicas até a sua fase final, ou arquivar se assim entender, em tudo respeitados os direitos e garantias que assistem as partes envolvidas, conforme o previsto na legislação competente

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 03 de fevereiro de 2022.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Protocolo: 759067

PORTARIA Nº 0368/2022-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais; CONSIDERANDO o disposto no art. 56, IX, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará); CONSIDERANDO a Notícia de Fato n.º 000135-020/2020,

R E S O L V E:

DELEGAR poderes de Órgão de Execução ao Procurador de Justiça MÁRIO NONATO FALANGOLA para atuar na Notícia de Fato supramencionada e praticar todas as medidas necessárias e cabíveis a sua instrução, podendo investigar, requisitar diligências, informações, exames, perícias, documentos, expedir notificações e intimações, realizar audiências, oitivas para colheitas de informações e esclarecimentos, requerer e acompanhar buscas e apreensões desde que deferidas pelas autoridades judiciárias, oferecer denúncia, judicializar, se for o caso, com a propositura de ação pertinente, interpor e contrarrazoar recursos em todos os graus e instâncias jurídicas até a sua fase final, ou arquivar se assim entender, em tudo respeitados os direitos e garantias que assistem as partes envolvidas, conforme o previsto na legislação competente

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 03 de fevereiro de 2022.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Protocolo: 759072

PORTARIA Nº 0367/2022-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no art. 56, IX, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará); CONSIDERANDO a Notícia de Fato n.º 000983-151/2021

R E S O L V E:

DELEGAR poderes de Órgão de Execução ao Procurador de Justiça MÁRIO NONATO FALANGOLA para atuar na Notícia de Fato supramencionada e praticar todas as medidas necessárias e cabíveis a sua instrução, podendo investigar, requisitar diligências, informações, exames, perícias, documentos, expedir notificações e intimações, realizar audiências, oitivas para colheitas de informações e esclarecimentos, requerer e acompanhar buscas e apreensões desde que deferidas pelas autoridades judiciárias, oferecer denúncia, judicializar, se for o caso, com a propositura de ação pertinente, interpor e contrarrazoar recursos em todos os graus e instâncias jurídicas até a sua fase final, ou arquivar se assim entender, em tudo respeitados os direitos e garantias que assistem as partes envolvidas, conforme o previsto na legislação competente

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 03 de fevereiro de 2022.

Protocolo: 759061

PORTARIA Nº 0435/2022-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no art. 56, IX, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará); CONSIDERANDO a Notícia de Fato n.º 001773-009/2021,

R E S O L V E:

DELEGAR poderes de Órgão de Execução ao Promotor de Justiça DANIEL BRAGA BONA, para atuar na Notícia de Fato supramencionada e praticar todas as medidas necessárias e cabíveis a sua instrução, podendo investigar, requisitar diligências, informações, exames, perícias, documentos, expedir notificações e intimações, realizar audiências, oitivas para colheitas de informações e esclarecimentos, requerer e acompanhar buscas e apreensões desde que